

MOÇÃO POLÍTICA
DE ORIENTAÇÃO NACIONAL

PORTUGAL INTEIRO

PEDRO NUNO SANTOS



ÍNDICE

04

1.ª MISSÃO - UMA SOCIAL-DEMOCRACIA TRANSFORMADORA: UM PS PARA O FUTURO

07

2.ª MISSÃO - UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA E DE QUALIDADE

15

3.ª MISSÃO - UMA ECONOMIA INOVADORA E SOCIALMENTE JUSTA

24

4.ª MISSÃO - UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

39

5.ª MISSÃO - UM TERRITÓRIO INTEIRO E UMA TRANSIÇÃO JUSTA

45

6.ª MISSÃO - UM PORTUGAL CENTRAL NA EUROPA E NO MUNDO

**PORTUGAL
INTEIRO**

PEDRO NUNO SANTOS



SEIS MISSÕES

PARA UM PORTUGAL INTEIRO

1.ª MISSÃO

UMA SOCIAL-DEMOCRACIA TRANSFORMADORA:
UM PS PARA O FUTURO

**UM PARTIDO REFORMISTA E PROGRESSISTA PARA
UMA SOCIAL-DEMOCRACIA MODERNA**

O Partido Socialista para o futuro é um PS de continuidade e de renovação.

Um partido transformador e progressista que promove reformas para melhorar a vida das pessoas. A moção “Portugal Inteiro” expressa um projeto reformista para Portugal, portador de sentido de justiça, de esperança e de ambição para chegar mais longe.

O PS foi, é, e sempre será um partido plural, diverso do ponto de vista ideológico e geracional, mas que é um espaço comum de quem acredita na liberdade e na igualdade, e de quem as entende como valores fundacionais de uma comunidade decente e de bem-estar. Uma visão diferente da visão da direita, apoiada num suposto conceito de liberdade para justificar uma sociedade egoísta, assente num entendimento enviesado de “meritocracia”.

O Partido Socialista sempre foi o partido do 25 de Abril, o partido da democracia pluralista. Ao longo das décadas consagrou uma visão moderna da nossa vida pública onde todos contam. Em 2015, fazendo justiça ao papel do parlamento no quadro constitucional português, o PS liderou uma alteração histórica na relação de forças políticas, formando um governo suportado pelos partidos à sua esquerda, que se tinham mantido fora do arco da governação ao longo de quase 50 anos de Democracia. Esta alteração histórica não limitou a atuação do PS; pelo contrário, aumentou o seu espaço estratégico de intervenção e garantiu-lhe, sim, o lugar de partido central no sistema político e na defesa da maior construção coletiva da nossa democracia, o Estado Social. Este é um legado do ciclo de liderança de António Costa que deve ser protegido.

Uma social-democracia transformadora tem também como desafio estratégico incluir uma perspetiva intergeracional no seu projeto político. Um Portugal inteiro não pode prescindir da energia e dos projetos de uma geração qualificada e criativa que se some à experiência.

1.ª MISSÃO

UMA SOCIAL-DEMOCRACIA TRANSFORMADORA:
UM PS PARA O FUTURO

Assim, cumpre **valorizar o contributo da Juventude Socialista como organização autónoma**, irreverente e formadora de novas agendas e novos quadros para o PS, assim como as **Mulheres Socialistas – Igualdade e Democracia, a ANAPS - Associação Nacional de Autarcas do Partido Socialista e a Tendência Sindical Socialista**.

Além disso, é preciso aproximar o PS, através da sua organização e comunicação, do associativismo, dos movimentos sociais e do ativismo, honrando um partido que também se construiu nos bairros e nas ruas. Desde os anos 90, o PS tem marcado o espaço político no que toca à capacidade de envolver a sociedade civil e os militantes na construção de programas de governo. Dos estados gerais aos gabinetes de estudo, em todos os tipos de estruturas, estes exercícios resultaram em Programas de Governo, manifestos autárquicos, e todo o tipo de documentos estratégicos.

Precisamos de valorizar a militância, e nada a contribuirá mais para este objetivo do que a formação de quadros. **O gabinete de estudos terá de ser revisto, diversificando as formas de participação**, por exemplo através da utilização de diversas plataformas digitais, e deve diversificar-se o modo de funcionamento da **Academia Socialista**. Por importante que seja a formação dos mais novos, em especial nas matérias europeias, não pode ser menos importante a formação de todos os quadros e a valorização da militância nos temas centrais da atuação da social-democracia da inovação.

Também nas autarquias se exige um maior apoio por parte da direção nacional do Partido.

Um grande fórum autárquico nacional permitiria um trabalho em rede, partilha e valorização de boas práticas de gestão autárquica não só para os camaradas no exercício do poder, mas também para garantir candidaturas mais sólidas, no futuro, nas autarquias onde o PS lidera a oposição.

O PS deve manter-se audível e construtivo no seio do PES, também na sua estreita articulação com o grupo progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, bem como na Internacional Socialista, procurando contribuir para revigorar e relançar o trabalho destas organizações.

1.ª MISSÃO

**UMA SOCIAL-DEMOCRACIA TRANSFORMADORA:
UM PS PARA O FUTURO**

O exemplo de liderança de grandes figuras da social-democracia, como Olof Palme, Willy Brandt, François Mitterrand ou Mário Soares, impele-nos a procurar uma visão que torne claro junto dos europeus de que forma é que a social-democracia é a melhor resposta no combate e eliminação da pobreza e das desigualdades, na melhoria da sua qualidade de vida, assente na ideia de coesão e de progresso coletivo, numa Europa Social, inclusiva e capaz de integrar quem aqui escolhe viver, estudar e trabalhar.

O Partido Socialista honrará a sua vocação de partido pró-europeu e empenhar-se-á, com os seus congéneres europeus, em apresentar pessoas e ideias que permitam prosseguir o caminho rumo a uma Europa mais inclusiva, solidária, sustentável, num ambiente internacional imprevisível e de constante mudança.

2.ª MISSÃO

UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA E DE QUALIDADE

A 25 de abril de 2024 Portugal comemorará os 50 anos do fim da ditadura, do fim da guerra e do fim do atraso crónico a que mais de quatro décadas de isolamento autoritário foram condenando o País.

No entanto, os sucessos eleitorais da extrema-direita populista em vários pontos da Europa e do mundo põem em risco os regimes democráticos e o Estado Social, sendo, atualmente, um dos grandes desafios que mobilizam os sociais-democratas do mundo inteiro. É este quadro, em que se cavalgam e alimentam perceções negativas sobre a atividade política, que é indispensável contrariar, com pedagogia democrática e instrumentos de participação qualificada.

REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E A TRANSPARÊNCIA

Ainda que enfrente muitas das dificuldades pelas quais passam democracias vizinhas, o sistema político português tem assegurado, ao longo de cinco décadas, qualidade e autoridade nos seus processos eleitorais, capacidade de superação dos momentos de crise e, amiúde, construção de soluções governativas estáveis, ainda que plurais na sua composição. Assente este ponto, é, todavia, importante insistir no aprofundamento da qualidade das instituições e dos processos de tomada de decisão, preservando a sua integridade e assegurando a sua transparência.

Para isso, cumpre, em primeiro lugar, reafirmar a **centralidade do Parlamento**.

A representação parlamentar é uma das chaves do sistema e é aí que se deve também investir na valorização da vida pública democrática de qualidade. É também **necessária uma verdadeira pedagogia democrática nas redes sociais e nos canais tradicionais**.

O Partido Socialista sempre foi o eixo angular do debate parlamentar das forças democráticas, situem-se onde se situarem, e assim vai continuar. No Parlamento o PS articula-se com todas as forças que se revêm na Constituição da República Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, concretizando políticas que tenham como objetivo o progresso social.

2.ª MISSÃO

UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA E DE QUALIDADE

e esteja à altura dos seus direitos e deveres e que os dotem de meios humanos de apoio correspondentes à sua responsabilidade.

Adicionalmente, é também hora de assegurar às autarquias locais um quadro legislativo mais compreensível, consolidando a legislação autárquica num verdadeiro código administrativo autárquico dotado de racionalidade e que sirva de instrumento simplificador do trabalho do poder local.

O PS continua fortemente empenhado no aperfeiçoamento das autonomias regionais. É por isso que reiteramos o compromisso assumido pelo PS de desencadear um processo de revisão constitucional que visa, justamente, a reforma e o aprofundamento da Autonomia. Um trabalho que, para além de ir ao encontro das justas pretensões das autonomias insulares no que concerne, por exemplo, à extinção da figura do Representante da República ou à visão sobre os domínios territoriais, terá, necessariamente, como objetivo melhorar as respostas que o Estado, nas suas diferentes dimensões, coloca à disposição dos destinatários das políticas públicas. Do mesmo modo, a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas – instrumento essencial que materializa o compromisso efetivo do PS com o projeto autonómico – assume particular relevância. As duas regiões autónomas são distintas entre si e também neste domínio particular o PS considera que a coesão social, territorial e económica tem de ser garantida no escrupuloso respeito pelo princípio da igualdade associado ao princípio da insularidade. Portugal Inteiro é de todos e para todos. Temos de potenciar a concertação estratégica, reforçar a unidade e a coesão nacional com a certeza de que as Autonomias são a melhor expressão de Portugal no Atlântico. Neste sentido, os Açores e a Madeira têm de assumir uma participação qualificada, preponderante e de destaque nesse grande desígnio nacional que é o Mar.

REFORÇAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, A IGUALDADE E A INCLUSÃO

A concretização real, justa e interseccional da igualdade e da não discriminação é um imperativo ético, jurídico e constitucional e, por isso e antes disso, um imperativo político.

2.ª MISSÃO

UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA E DE QUALIDADE

É assim que entendemos a defesa e a garantia dos direitos fundamentais numa perspetiva unitária. Defendemos uma democracia em que todos e todas têm direito a uma cidadania plena, civil e material e à defesa da sua dignidade sem transigências.

O Estado, através da lei e dos serviços públicos, deve responder à discriminação múltipla, analisando e aprofundando com os parceiros institucionais e sociais o quadro jurídico e institucional antidiscriminação em Portugal.

Na **igualdade de género** e no combate à violência contra as mulheres é preciso desenvolver os processos de proteção e **continuar o combate efetivo às desigualdades salariais entre mulheres e homens**. No plano da saúde sexual e reprodutiva, há evidência recente da necessidade de remoção de obstáculos à implementação da lei da interrupção voluntária da gravidez.

Prevenir e combater a discriminação das Pessoas LGBTI+, bem como o **racismo e a discriminação racial**, é inerente à própria qualidade das democracias, que se mede pela defesa e inclusão. São, assim, necessários mecanismos específicos de promoção de vias de diálogo e interação entre o Estado e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tantas vezes excluídas da participação democrática.

Quanto às **pessoas com deficiência**, muitos foram já os avanços alcançados, sendo que direitos das pessoas com deficiência ou incapacidade têm de ser tidos em conta de forma transversal, em todas as políticas, da saúde aos transportes, da prática desportiva à habitação, da política de investimentos públicos à política de emprego.

As alterações que se vêm verificando no panorama político europeu, com a ascensão de movimentos extremistas, xenófobos e racistas, **tornam mais urgentes as políticas de apoio à imigração, aos migrantes e aos refugiados**, apelando ao reforço da nossa luta pela defesa intransigente dos direitos humanos e do Estado de Direito. Do lado de Portugal, enquanto país de acolhimento, a situação demográfica e do território recomenda o investimento em instrumentos de política migratória que estimulem os canais regulares e seguros e os acordos de mobilidade, incluindo os que visem a migração circular.

2.ª MISSÃO

UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA
E DE QUALIDADE

UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INOVADORA E EFICIENTE COM TRABALHADORES MOTIVADOS. RECUPERAÇÃO FASEADA DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS

Uma **Administração Pública** inovadora, eficiente e próxima, com capacidade de resposta imediata às necessidades dos cidadãos e das empresas, constitui condição essencial à reconciliação das pessoas com o processo democrático de decisão e é indutora de bem-estar social e de uma economia desenvolvida.

Mas é preciso melhorar ainda mais a governação pública e modernizar e simplificar a Administração Pública, através de uma política pública assente em cinco eixos fundamentais:

- i) testar e adotar modelos inovadores de gestão organizativa, designadamente através da criação e reforço de vários tipos de serviços partilhados;
- ii) reduzir a excessiva dependência do setor público face ao fornecimento externo de serviços e de bens;
- iii) inverter a tendência de perda de recursos humanos qualificados na, com notórios reflexos na qualidade dos serviços públicos prestados;
- iv) apostar em processos de inovação, simplificação e modernização ao nível da tramitação dos procedimentos administrativos; e v) investir ainda mais na transição digital e tecnológica da Administração.

Atrair para a Administração Pública pessoas qualificadas passa pela valorização das carreiras, das condições de trabalho e dos regimes funcionais e remuneratórios, **incluindo a recuperação faseada do tempo de serviço congelado**, mas também pela simplificação dos procedimentos de recrutamento, pela capacitação contínua e pelo desbloquear das pré-reformas voluntárias como forma de rejuvenescer os trabalhadores públicos.

Finalmente, é essencial desenvolver em todos os momentos uma cultura de prestação de contas e de verificação do cumprimento dos objetivos políticos, **através da implementação de mecanismos permanentes do impacto das políticas públicas e das decisões governativas**, quer prévia e posteriormente à sua execução, aproveitando e valorizando estruturas já existentes, como o Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública – PlanAPP.

2.ª MISSÃO

UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA
E DE QUALIDADE

UM SERVIÇO PÚBLICO DE JUSTIÇA MAIS EFICIENTE, MAIS TRANSPARENTE E MAIS ACESSÍVEL

A confiança nas instituições da **Justiça** é uma condição de sucesso de uma Democracia moderna e de qualidade. A independência da magistratura judicial e a autonomia do Ministério Público são pilares do Estado de Direito democrático. O respeito por estes princípios não dispensa o poder legislativo e o poder executivo de cumprir a sua função constitucional de **desenvolver políticas públicas que garantam um serviço público de Justiça mais eficiente, mais acessível e mais transparente.**

No plano da gestão processual, deve equacionar-se a criação de novas ferramentas de trabalho que rentabilizem a tecnologia existente, em articulação com os Conselhos Superiores. Devem ainda garantir-se a interoperabilidade entre sistemas informáticos dos tribunais, da Administração Pública e de entidades estrangeiras e internacionais, com vista ao acesso automático a documentos e informações relevantes.

Deve ainda iniciar-se uma reflexão em torno da excessiva privatização da Justiça administrativa, substituindo em parte a arbitragem administrativa “ad hoc”, que deve ser regulamentada, por mecanismos de conciliação e de arbitragem institucionalizada pública. Assim se reforça a transparência destes processos.

Para além disso, justifica-se um **programa nacional de expansão dos julgados de paz**, aproveitando as sinergias com as comunidades intermunicipais, os municípios, acompanhado da ampliação dos meios digitais à resolução alternativa de litígios.

A Justiça tem de ser acessível e garantir uma tutela judicial efetiva a todos os cidadãos e empresas. A ninguém podem ser negados os direitos fundamentais ao apoio jurídico e ao acesso aos tribunais por falta de recursos financeiros. Impõe-se **avaliar e rever o modelo de acesso ao direito e à justiça**, seja ao nível da disponibilidade e da qualidade do sistema de patrocínio judiciário, seja ao nível **das custas judiciais.**

Em nome da garantia da tutela judicial efetiva deve também equacionar-se a **introdução do direito de queixa constitucional (ou recurso de amparo)**, de modo que as pessoas e empresas possam aceder diretamente ao Tribunal Constitucional.

2.ª MISSÃO

UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA E DE QUALIDADE

Esta medida teria, naturalmente, de ser acompanhada de uma profunda revisão do sistema de fiscalização concreta da constitucionalidade.

Têm de se publicitar periodicamente estatísticas por tribunal, incluindo número de processos pendentes; duração média dos processos; percentagem de revogação de decisões por tribunais de recurso; número de processos prescritos e em risco e prescrição. Além disso, é essencial construir e divulgar uma base de dados de decisões (anonimizadas) de todas as instâncias e tribunais, incluindo o registo público eletrónico de decisões interlocutórias e acórdãos dos tribunais arbitrais.

É ainda necessário continuar a reformar as infraestruturas prisionais e reforçar os meios de reinserção social e de execução de penas.

As pessoas são o alicerce do sistema de Justiça, pelo que deve iniciar-se um amplo debate a propósito do sistema de seleção, formação e governo dos magistrados e da magistratura, assim como dos demais agentes da Justiça, refletindo as preocupações da sociedade civil.

É **preciso valorizar as carreiras, formação e conteúdos funcionais dos oficiais de Justiça, conservadores de registo e oficiais de registo**, cuja degradação do poder de compra e falta de formação profissional muito têm contribuído para a desmotivação e ineficiência do sistema judicial e de administração da Justiça.

DEFESA, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL: AGENTES DO ESTADO DE DIREITO E DA REPÚBLICA

As **forças e serviços de segurança** são entidades fundamentais para o conforto cívico dos cidadãos e para o pleno exercício das suas liberdades fundamentais, garantindo a subsistência da Democracia e do Estado de Direito. Deve fazer-se a programação de investimentos em infraestruturas e equipamentos, a estabilização de um quadro plurianual de admissão de efetivos e a valorização da condição policial. Neste quadro, é necessário manter uma rota de reforço dos direitos e da dignidade dos profissionais de segurança pública, nomeadamente através da ponderação no estatuto da sua condição do risco da sua atividade, da estabilidade e evolução das carreiras e da valorização remuneratória indispensável à sua motivação.

2.ª MISSÃO

UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA E DE QUALIDADE

Por outro lado, enquanto agentes de primeira linha do Estado de Direito, é igualmente indispensável continuar o aprofundamento dos processos de formação inicial e ao longo das carreiras com vista ao reforço da consciência e das capacitações dos operacionais para matérias de cidadania e igualdade e para intervenção em contextos exigentes do ponto de vista dos direitos fundamentais.

Finalmente, num quadro que é de limitação ao exercício de alguns direitos, nos termos previstos na constituição, é relevante a valorização do direito de participação das associações representativas dos profissionais da GNR e da PSP, com vista à prevenção do aparecimento e crescimento dos movimentos inorgânicos e de forma a envolver os profissionais nas decisões que afetam o seu futuro e a sua atividade, podendo contar com os seus contributos e envolvimento.

No mesmo sentido, importa uma nova visão sobre a proteção e socorro das populações, promovendo uma valorização das estruturas de bombeiros e proteção civil, garantindo uma melhor presença no território e uma redobrada atenção aos novos tempos de catástrofes e de grandes ocorrências.

Ao nível da defesa nacional, os governos do PS têm dado continuidade à linha de política externa que o partido ajudou definir após o 25 de Abril, e que inseriu Portugal simultaneamente no espaço europeu e no espaço atlântico. Esta dupla pertença exige de Portugal a responsabilidade de contribuir não só para a defesa do seu território, mas também para a segurança e defesa dos países da UE e dos seus parceiros na NATO.

As Forças Armadas Portuguesas são uma instituição central à Nação e essa centralidade ressalta perante a eclosão de conflitos armados às portas da Europa. Dada a exigência dos tempos que vivemos, **Portugal deve reforçar o seu compromisso com a segurança coletiva, dotando as Forças Armadas dos meios necessários para cumprir com sucesso e de forma sustentada as tarefas assumidas, designadamente pelas suas Forças Destacadas.** O Estado deve estimular as sinergias entre a indústria da defesa e os setores científicos e académicos, potenciando a investigação e desenvolvimento (I&D) dedicada a necessidades das Forças Armadas.

3.ª MISSÃO

UMA ECONOMIA INOVADORA
E SOCIALMENTE JUSTA

POLÍTICA ORÇAMENTAL: UM NOVO EQUILÍBRIO ENTRE A REDUÇÃO DA DÍVIDA E O INVESTIMENTO PÚBLICO E O ESTÍMULO À ECONOMIA

Entre 2016 e 2023, os governos do PS conseguiram aquilo que a direita achava não ser possível mas que sempre defendemos como estratégia orçamental inteligente e virtuosa: reduzir o défice orçamental e a dívida pública através do crescimento da atividade económica, do aumento do emprego e da subida dos salários. Assim, o governo do PS concretizou a saída do país do Procedimento de Défices Excessivos que ameaçavam Portugal de sanções em 2016; reduziu da dívida pública (de 131% do PIB em 2015 para 103% em 2023); obteve dois anos de excedentes orçamentais (2019 e 2023), os primeiros em democracia; e melhorou significativamente a imagem externa do país, traduzida em várias subidas do rating da República. Ao mesmo tempo, a economia cresceu seis vezes mais entre 2015 e 2023 (18%) do que entre 2000 e 2015 (3%). Este círculo virtuoso não foi uma mera recuperação cíclica depois do período em que, no período da troika, o país esteve em recessão entre 2011 e 2013; e mesmo depois do devastador impacto da pandemia, que levou em 2020 à maior queda do PIB de que há registos (8,3%), o PIB cresceu nos últimos três anos 15,4%.

Pelo seu elevado nível de dívida pública, Portugal continuará obrigado nos próximos anos a reduzir a dívida, seja porque as regras europeias inscritas no Tratado Orçamental assim o obrigam, seja pela necessidade de proteger ao país face a possíveis choques externos futuros. O que merece discussão é o ritmo dessa descida face aos compromissos que Portugal assume no âmbito do quadro legal europeu.

A estratégia de descida da dívida é essencial, mas ela não pode ser vista como uma prioridade isolada; necessita sempre de ser avaliada e ponderada face a outros objetivos e necessidades que o país enfrenta. Uma política de excedentes orçamentais acelera a redução da dívida pública, mas pode reduzir excessivamente o espaço orçamental que o governo precisa para fazer o investimento público em infraestruturas e em serviços públicos e para apoiar as famílias e as empresas.

Precisamos, assim, de encontrar o **equilíbrio adequado entre a prossecução da estratégia de redução da dívida pública, os objetivos de crescimento económico, de investimento público e de transformação do Estado.**

3.ª MISSÃO

UMA ECONOMIA INOVADORA
E SOCIALMENTE JUSTA

O PAPEL DO ESTADO NA TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA

Ao mesmo tempo, precisamos não apenas de olhar para o **crescimento do produto do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo**. Ultrapassado o período mais crítico de adaptação da economia nacional à moeda única e ao impacto da entrada da China na globalização do comércio, que acelerou a desindustrialização de setores tradicionais no início do milénio, Portugal conseguiu crescer a uma média anual de 2,2% entre 2016 e 2023. Foram alcançados, entretanto, outros avanços importantes: a balança comercial tem ao longo da última década estado próxima do equilíbrio; e em 2022 as exportações atingiram o valor simbólico dos 50%, com quase 2 mil milhões de saldo positivo da balança tecnológica.

É consensual que o país precisa de crescer a um ritmo mais acelerado. Mas é também necessário olhar para a **qualidade do crescimento económico**. Nem todo o crescimento é igual: pode ser mais ou menos sustentável, mais ou menos resiliente a choques externos, produzir diferentes externalidades sobre a sociedade e o ambiente, e - muito importante para uma economia que pretende graduar o seu perfil produtivo - gerar diferentes dinâmicas de aprendizagem e de complexidade tecnológica no interior ou entre setores económicos.

Se Portugal quer escapar à conhecida por “armadilha dos países de rendimento intermédio”, tem de intensificar a sofisticação e complexidade dos bens e serviços produzidos. Se é verdade que as exportações alcançaram a meta de metade do PIB, é necessário que elas ganhem uma maior intensidade tecnológica. O setor com maior peso nas exportações de bens é, desde 2008, o de “minérios e metais” (valia 14% de todas as exportações em 2022), e nas exportações de serviços, o setor das “viagens e turismo” é o setor mais representado desde 1996 (desde que há dados; valia 17% de todas as exportações em 2022). Ou seja, quase um terço das exportações, e das que mais cresceram nos últimos anos, estão concentradas em dois setores de baixa complexidade tecnológica e de menor valor acrescentado, e - em particular nos serviços - com reduzidos ganhos de produtividade. Assim, embora o emprego tenha crescido quase 15% nestes últimos 8 anos, a produtividade cresceu apenas 7,5%. Não é possível uma economia transformar-se sem um crescimento sustentado da produtividade, ela própria dependente da incorporação de tecnologia e de conhecimento nas atividades produtivas.

3.ª MISSÃO

UMA ECONOMIA INOVADORA E SOCIALMENTE JUSTA

Ora, a qualificação produtiva da economia é difícil com um tecido empresarial em grande medida pulverizado - assente em empresas de muito reduzida dimensão -, dualizado - com poucas grandes empresas exportadoras e muitas pequenas empresas que vendem para o mercado interno - e, apesar dos muito significativos avanços dos últimos anos, com um perfil de baixas qualificações dos trabalhadores e, sobretudo, dos gestores. Estas vulnerabilidades ainda são visíveis no fraco peso do emprego em atividades intensivas em conhecimento; na baixa intensidade tecnológica das exportações no défice crónico da balança de bens; e no conteúdo importado das exportações e do investimento. Este perfil de especialização da economia continua a ser um travão a que as empresas nacionais possam competir com concorrentes que produzem bens e serviços mais sofisticados, de tirar proveito das oportunidades criadas pelo avanço tecnológico, de aumentar os níveis de produtividade, e de pagar melhores salários. Dadas as características de uma economia da inovação, esta transição - que se impõe - dificilmente será conseguida sem uma intervenção pública mobilizadora.

Esta intervenção pública deve estruturar-se em três planos:

(i) uma capacidade de **planeamento** que permita identificar as potencialidades de recursos disponíveis e a sua exploração eficiente; que permita alavancar a coesão territorial e a competitividade externa; identificar as atividades com maior potencial de exportação; e, dado o concreto posicionamento geopolítico do país, identificar possibilidades de internalização de cadeias de valor.

(ii) **investimento em infraestruturas**, instrumento essencial na promoção do desenvolvimento económico, da coesão territorial e da transição climática. Nenhum país do mundo pode modernizar-se sem um constante investimento na sua rede de infraestruturas fundamentais de transporte. O país carece de investimento em todos os modos de transporte: ferroviário, rodoviário, marítimo-portuário e aeroportuário. O progresso feito pelos diferentes governos do PS no ritmo de investimento permite-nos estar hoje numa melhor situação quanto à capacidade do país concretizar os grandes investimentos de que necessita. Para que esta capacidade se mantenha e se reforce, é necessário manter um ritmo crescente e previsível de investimento, sem quebras abruptas.

3.ª MISSÃO

UMA ECONOMIA INOVADORA
E SOCIALMENTE JUSTA

A rede ferroviária é a espinha dorsal de todo o sistema de transportes, ligando as principais cidades, portos e, futuramente, aeroportos. Por isso, o investimento na melhoria das infraestruturas e dos serviços ferroviários será uma prioridade. Queremos iniciar um ciclo de alargamento da rede, que levará o comboio a territórios que não são atualmente servidos. Para isso, teremos de implementar o Plano Ferroviário Nacional, que estabelecerá a configuração da futura rede, e começar por construir o eixo fundamental dessa rede, com um corredor de alta velocidade e elevada capacidade ao longo da fachada Atlântica. Assim, potenciaremos o transporte rápido e ambientalmente sustentável de passageiros em todo o país, incluindo territórios não diretamente servidos, bem como o crescimento do transporte de mercadorias.

O investimento em infraestruturas e serviços de transporte deverá chegar a todo o território, desde as áreas metropolitanas e urbanas, com o alargamento e densificação das redes de transportes coletivos e com a continuação da adaptação do espaço urbano a uma mobilidade menos dependente do automóvel, aos territórios de baixa densidade, onde uma acessibilidade rápida, fácil e segura depende ainda de alguns investimentos significativos na rede rodoviária e em serviços de transporte mais flexíveis.

(iii) **estratégia ao nível da inovação**, com políticas públicas que reconheçam e valorizem o papel do Estado na transformação do perfil produtivo da economia. Esse papel pode ser cumprido através de diferentes tipos de instrumentos. A par de instrumentos de cariz fiscal - as reduções de tributação ou benefícios fiscais devem ser dirigidos a objetivos de política económica e não usadas de forma transversal, independentemente da dimensão das empresas, do setor onde atuam e das decisões que visam incentivar - e de capitalização - revisitando e aprofundando o papel que pode ser desempenhado pelo Banco de Fomento -, é preciso persistir no investimento científico e tecnológico e no fomento de sinergias entre o sistema científico e as empresas.

Mas é preciso ir além, aprofundando e afinando o papel do Estado como **promotor do investimento em setores inovadores** - seja na atração ao incentivo às empresas (como nos setores centrais para as transições energética e digital), seja através da associação a empresas privadas em grandes projetos de investimento (como nas agendas mobilizadoras),

3.ª MISSÃO

UMA ECONOMIA INOVADORA
E SOCIALMENTE JUSTA

seja na constituição de clusters industriais e de clubes de fornecedores, permitindo ganhos de escala e de qualidade produtiva e substituição de importações de produtos que podem (e muitas vezes já são) produzidos em Portugal.

Neste trabalho de coordenação do investimento e de construção e capacitação de clusters industriais, é preciso também uma **nova estratégia para as empresas públicas**. O regime jurídico do setor empresarial do Estado criado em 2013 durante o programa da troika introduziu um regime apertado de controlo financeiro sobre as empresas públicas. Embora muito importante, este controle deve ser complementado com uma estratégia em que as empresas públicas, dotadas de know-how e capacidade no investimento, possam assumir um trabalho de coordenação, enquanto empresas-âncora, na dinâmica de modernização e sofisticação dos setores onde atuam. Esta coordenação envolverá necessariamente empresas privadas numa lógica de parceria para a inovação, arrastando o seu desenvolvimento através de projetos colaborativos - na linha do que a CP está a fazer na dinamização do setor industrial ferroviário, onde a colaboração entre o setor público, o setor privado e a academia permitiu fortalecer a empresa, ao mesmo tempo que incentivou o investimento privado neste setor, criando um cluster industrial da ferrovia e do comboio que até aí não existia.

Só uma **transformação do perfil produtivo da economia nacional permitirá às nossas empresas pagar salários mais elevados e capacidade para oferecer oportunidades atrativas para os nossos jovens qualificados**.

QUALIDADE DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES LABORAIS

A evolução entre 2015 e 2023 no mercado de trabalho é digna de registo. Foram criados mais de 600 mil empregos, a população empregada atingiu os 5 milhões (o que não acontecia há cerca de duas décadas), o desemprego baixou para mínimos de 20 anos, e os salários aumentaram - desde logo o salário mínimo, que cresceu por mais de 60% desde que o PS é Governo, acompanhado de um aumento de 33% do salário médio.

O trabalho é fonte de liberdade, dignidade, prosperidade e segurança. Dedicamos-lhe uma grande parte da nossa vida e em muitos casos é mesmo parte integrante da nossa identidade.

3.ª MISSÃO

UMA ECONOMIA INOVADORA
E SOCIALMENTE JUSTA

É também a principal fonte de rendimento da esmagadora maioria das pessoas: os salários representam mais de 70% dos rendimentos das famílias portuguesas, havendo uma ligação evidente entre a distribuição de riqueza entre capital e trabalho e o potencial de crescimento da economia a partir da procura interna.

No mercado de trabalho, a relação de forças entre empregadores e trabalhadores é uma relação assimétrica, desigual, e constitui dever incontornável do Estado regular essa relação em ordem a salvaguardar a parte mais fraca. Foi este entendimento das relações laborais que, ao longo dos últimos oito anos de governação, espelharam a diferença entre as estratégias defendidas pelo Partido Socialista e as respostas da direita, quer para a saída da crise, quer para a construção do futuro do país.

Enquanto o governo da Troika aproveitou a crise e a intervenção externa para liberalizar o mercado de trabalho, a compressão salarial e o desmantelamento da negociação coletiva, o PS centrou-se no equilíbrio de forças no mercado laboral, na recuperação de rendimentos e na revitalização da negociação coletiva – e fê-lo com sucesso, com base numa estratégia ancorada no diálogo tripartido.

Esta visão permitiu derrubar mitos importantes. Afinal, não é verdade que a melhoria dos salários tem de ser sempre adiada em função da produção de riqueza. Ao favorecer um melhor equilíbrio entre o trabalho e capital, os governos do PS mostraram que aumentar salários - desde logo o salário mínimo -, não só não aumenta o desemprego, como não impede o emprego de crescer. Não é desregulando o mercado que se combate eficazmente a precariedade. As soluções da direita para a crise do emprego em Portugal, que passaram por tirar proteção aos contratos permanentes e tornar ainda mais flexíveis os contratos a termo, não funcionaram. Afinal, era preciso agir em sentido oposto: limitar o recurso aos contratos a termo, criar incentivos mais fortes à contratação permanente, e garantir que a legislação é cumprida. E não é promovendo a unilateralidade, esvaziando a negociação coletiva e desvalorizando a concertação social que se constroem equilíbrios. Demonstrou-se que o reforço da dimensão coletiva e a aposta no diálogo social são fundamentais para alicerçar a política laboral e salarial.

3.ª MISSÃO

**UMA ECONOMIA INOVADORA
E SOCIALMENTE JUSTA**

Porém, não podemos ficar pelos resultados já alcançados. Reconhecemos que é preciso continuar a trabalhar a convicção de que um mercado de trabalho regulado não é apenas uma necessidade, mas um motor essencial do progresso e da igualdade.

Defendemos, por isso, o aumento do salário mínimo nacional numa perspetiva plurianual, o fortalecimento da negociação coletiva e o investimento em qualificação e em formação para a promoção do ato formativo não como um ato casuístico mas como uma necessidade inerente à atividade profissional durante toda a vida ativa, ao mesmo tempo que devemos explorar formas inovadoras de redução da jornada de trabalho. Defendemos um mercado mais justo e com maior grau de inovação, capaz de gerar emprego de qualidade e de acrescentar valor à nossa economia. Para o efeito, impõe-se continuar a combater a precariedade e a defender políticas ativas direcionadas para a criação de emprego de qualidade.

Temos uma preocupação particular com os jovens, com os desempregados de longa duração, com os menos qualificados, com os grupos mais vulneráveis, mas temos também com uma preocupação de fundo com a criação de emprego nos territórios do interior e com a valorização das empresas mais inovadoras.

No combate à precariedade, apesar do PREVPAP, do reforço dos meios humanos e técnicos da ACT e das alterações ao Código do Trabalho introduzidas em 2019 -no âmbito do Programa de Ação para Combater a Precariedade e Promover a Negociação Coletiva -, e em 2023, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, os desafios persistem. A precariedade desestrutura as relações sociais, amplia a insegurança e alimenta o medo. Por isso, merecerá um compromisso muito forte com a completa implementação da Agenda do Trabalho Digno e com o permanente diálogo com os parceiros sociais no sentido de identificar e corrigir os desequilíbrios do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, é preciso evitar a tentação de fazer alterações sucessivas à legislação. Fizemos reformas importantes na nossa legislação laboral, mas é preciso garantir que a lei é cumprida. É, pois, preciso prosseguir o reforço dos meios da inspeção do trabalho, tanto do ponto de vista dos meios humanos, como da modernização da atividade inspetiva.

3.ª MISSÃO

**UMA ECONOMIA INOVADORA
E SOCIALMENTE JUSTA**

Uma ACT mais sofisticada e com uma intervenção mais direcionada será uma inspeção do trabalho eficaz para o combate aos vínculos precários injustificados e às modalidades atípicas de emprego que se vão consolidando, como é caso do número crescente de falsos empresários em nome individual, além das situações mais típicas do recurso abusivo ao trabalho temporário.

Ao mesmo tempo, é prioritário promover uma melhor conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, aprofundando a discussão sobre novas formas de trabalhar e de organizar o tempo de trabalho. Para efeito, é preciso explorar abordagens inovadoras, como a implementação de creches nos locais de trabalho. Defendemos também a aposta na redução da jornada de trabalho, e assumimos o compromisso de avaliar o modelo da semana de quatro dias - exemplo já com algumas provas dadas de que a redução do tempo de trabalho pode ser benéfica para as pessoas e as organizações.

Na formação profissional, dispomos de um ativo para responder a um mundo em constante alteração, especialmente na dupla transição verde e digital. A qualificação e a requalificação dos ativos empregados e desempregados deverá ser prioritária. É preciso fazer valer o enorme legado do PS na elevação das qualificações dos portugueses e deve prosseguir esse caminho, com a valorização da experiência adquirida no percurso profissional e no acesso à aprendizagem ao longo da vida, essencial para a atualização das formas de trabalhar. Só teremos desenvolvimento económico com inovação e esse só será inclusivo se a inovação facilitar a adaptação dos trabalhadores às novas realidades com um forte apoio do Estado.

Para garantir que as alterações dos meios de produção e do mercado laboral são justas, é preciso reforçar e aprofundar o diálogo e o modelo assente na concertação social, com o objetivo de tornar mais representativos os movimentos associativos patronais e sindicais.

Para tal, é fundamental fortalecer as estruturas de representação coletiva dos trabalhadores. O PS tem um legado histórico na afirmação da liberdade e da pluralidade sindical, bem como na afirmação do dinamismo da negociação coletiva e na defesa de uma participação ativa dos sindicatos na concertação social. Temos o dever não apenas de honrar esse legado, mas de o aprofundar, procurando estancar a tendência de decréscimo da densidade sindical e, assim, defender a voz dos trabalhadores, tanto à mesa das negociações com as empresas, como no diálogo tripartido.

3.ª MISSÃO

UMA ECONOMIA INOVADORA E SOCIALMENTE JUSTA

Precisamos aprofundar o diálogo entre as estruturas representativas dos trabalhadores e as entidades patronais enquanto promotor do desenvolvimento empresarial e fator de redução da conflitualidade laboral, promovendo mecanismos de promoção da participação de representantes dos trabalhadores nas políticas das empresas.

No entanto, sendo o trabalho um pilar de desenvolvimento social, não é a solução para todas as pessoas. Assim, para públicos altamente vulneráveis, em situação de privação material severa ou de contextos sociais difíceis, antecede a entrada no mercado de trabalho um efetivo investimento na sua capacitação social. A capacitação deve garantir que os cidadãos adquiram as competências mínimas para trabalhar, e a solução passa pela aposta nas qualificações e na educação formal e não formal.

A nossa visão é a de uma sociedade onde o trabalho é mais do que uma transação económica - é uma expressão de dignidade e liberdade. Ao investir nas qualificações, fortalecer o diálogo social e criar políticas que promovam uma distribuição justa de riqueza, estamos a construir mais do que uma economia robusta, um país onde todos têm a oportunidade de prosperar.

UMA FISCALIDADE MAIS JUSTA E AMIGA DO RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS

Embora o salário represente a maior fatia do rendimento familiar disponível, o Estado influencia este rendimento, seja intervindo através da fiscalidade, seja através da provisão de serviços públicos e da prestação de apoios sociais.

No plano da fiscalidade, o debate público centrou-se nos últimos anos no aumento da “carga fiscal”, que subiu de 34,4% em 2015 para 36,4% em 2022 - um aumento mais influenciado pelo crescimento das contribuições sociais (que cresceram 53%, fruto do aumento do emprego) do que dos impostos diretos (cresceram 33%) ou dos indiretos (cresceram 39%). Apesar deste aumento, a carga fiscal em Portugal mantém-se bem abaixo da média europeia (de acordo com os últimos dados disponíveis, em 2021 a carga fiscal em Portugal era de 35,1% e a média europeia de 40,1%).

No entanto, este debate tem passado ao lado da discussão da justiça social, e da forma como distintas formas de tributação impactam no rendimento disponível de diferentes famílias.

3.^a MISSÃO

UMA ECONOMIA INOVADORA
E SOCIALMENTE JUSTA

A justiça fiscal - um dos princípios centrais de um sistema fiscal, a par do seu contributo para o crescimento económico, a sua eficiência, simplicidade e transparência - está diretamente ligada à sua progressividade, que significa que a proporção do rendimento que é tributado cresce à medida que esse rendimento vai subindo. O imposto que garante a progressividade do sistema fiscal é o IRS, com mais de metade da receita a ser paga por cerca de 10% das famílias com mais rendimentos. Ao longo destes anos, fruto das várias alterações, o governo do PS devolveu €2 mil milhões de receita do IRS até 2023, a que devemos somar os cerca de €1,3 mil milhões da redução de receita prevista no OE2024. Daqui resulta um valor superior aos cerca de €3 mil milhões arrecadados com o “enorme aumento de impostos” de Vítor Gaspar em 2013.

Sem diminuir a importância das várias reduções da tributação sobre os rendimentos do trabalho que foram concretizadas - e a ponderação que devem merecer novas reduções no futuro dirigidas aos rendimentos médios -, é preciso lembrar que quase metade dos portugueses não auferem rendimentos suficientes para pagar IRS, pelo que, quando baixamos este imposto, estes contribuintes em nada beneficiam dessa redução.

Por isso, a forma da política fiscal beneficiar os contribuintes com rendimentos mais baixos deve focar-se nos impostos indiretos, cujo peso na estrutura da tributação - face aos impostos diretos - em Portugal é elevada face à média europeia (42,9% vs. 32,5% em 2021). Costuma dizer-se que os impostos indiretos são cegos do ponto de vista da justiça social; talvez sejam cegos, mas não são neutros: estes impostos consomem uma percentagem superior do rendimento das famílias que têm rendimentos mais baixos do que os rendimentos das que auferem valores mais elevados.

O imposto indireto mais importante é IVA, que representava em 2022 61,5% da receita dos impostos indiretos, e 25,3% de toda a receita fiscal. Este é o imposto a que praticamente nenhum contribuinte consegue evitar, independentemente do seu nível de rendimento e dos bens ou serviços consumidos. **Seria importante estudar formas de reduzir a tributação indirecta que mais impacta no rendimento disponível das famílias com mais baixos rendimentos.** Ao mesmo tempo, devem ser encontradas formas de reduzir a fatura fiscal da energia, de modo a combater a pobreza energética.

4.ª MISSÃO

**UM ESTADO SOCIAL FORTE,
MODERNO E INCLUSIVO**

UM ESTADO SOCIAL PARA GARANTIR OS DIREITOS SOCIAIS E COMBATER A POBREZA

O Estado Social é uma das maiores conquistas da nossa democracia. Consolidado ao longo dos últimos 50 anos, permitiu a construção de uma rede pública de escolas, que garante o acesso de todos à educação básica e secundária. Numa lógica de cobertura universal e territorial, permitiu igualmente o acesso a cuidados de saúde, com a criação do Serviço Nacional de Saúde. Na segurança social, um sistema público de pensões e reformas, a par do reconhecimento progressivo de direitos e de apoios nas situações de desemprego, doença, pobreza e exclusão social.

Os serviços públicos universais e de qualidade são o cerne do Estado Social. E o PS esteve, desde a primeira hora, empenhado na sua criação e desenvolvimento. **E não há serviços públicos universais e de qualidade sem uma Administração Pública valorizada nas suas remunerações, qualificações e direitos,** a par de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis e de uma atuação centrada nos cidadãos.

A saúde, a educação e a segurança social constituem os domínios do nosso Estado Social em que mais se avançou em termos de provisão pública. Contudo, e dada a sua criação tardia, que não permitiu avançar em todos os domínios, o nosso Estado Social é ainda imperfeito. Nos últimos anos, foram dados passos muito importantes na constituição de um verdadeiro parque habitacional público, que contribua para suprir a escassez de oferta desmercadorizada de habitação e a regulação de preços. E, no âmbito da ação social, e em cooperação com as organizações do terceiro setor, foram progressivamente criadas respostas diversas, sobretudo ao nível da infância (creche e pré-escolar) e do apoio a idosos. Importa que a cultura, pela sua importância inquestionável na formação de cidadãos, seja também progressivamente afirmada e materializada como um direito de todos e uma dimensão integrante das políticas sociais. **Um Estado Social robusto contribui decisivamente para criar as condições de igualdade necessárias a uma verdadeira liberdade.**

4.ª MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

Mas o Estado Social não representa apenas a concretização efetiva dos direitos sociais fundamentais reconhecidos, na verdade, é também economia, gerando riqueza e contribuindo, de forma decisiva, para o crescimento económico e o desenvolvimento. É preciso lembrar, sempre, que o Estado Social é emprego (médicos, professores, técnicos de serviço social, etc.). É o garante do acesso de todos à escolarização e às qualificações, à saúde, à dignidade mínima e ao bem-estar. E que favorece a atividade das empresas e dinamiza os diferentes setores da economia. Por isso, a sua consolidação, reforço e aprofundamento será uma das prioridades do PS na próxima legislatura.

Depois dos ataques ao Estado Social desferidos pelo Governo da Troika, entre 2011 e 2015, com cortes orçamentais na saúde, educação e na segurança social e ação social, indissociáveis da redução de prestações, da degradação deliberada dos serviços públicos e da desvalorização dos seus profissionais, os governos do PS, no âmbito da solução governativa encontrada em 2015, foram progressivamente reconstituindo as condições necessárias a uma resposta do Estado Social que vá ao encontro das necessidades e expectativas dos cidadãos. Mas não só: foi também ampliado o quadro de respostas existente, com, por exemplo, a introdução dos manuais escolares gratuitos, a eliminação das taxas moderadoras, o regresso a uma política pública de habitação ou a criação de um novo quadro de apoios aos cuidadores informais. São oito os desafios transversais do nosso Estado Social a que o PS dedicará todo o seu empenho na próxima legislatura.

Atrair e reter profissionais e dotar os serviços públicos de trabalhadores e dirigentes capacitados, qualificados e motivados, assegurando a sua valorização e estabilidade e garantindo perspectivas de futuro constitui, hoje, um dos maiores desafios do nosso Estado Social. Neste âmbito, a revisão das carreiras no sentido de as tornar mais atrativas, a melhoria das condições de prestação do trabalho e a recuperação gradual do tempo de serviço que esteve congelado constituem respostas essenciais e inadiáveis. Trata-se, por um lado, de contrariar o envelhecimento de quadros (particularmente expressivo no caso da educação) e, por outro lado, de estancar a sua migração para o setor privado (como sucede na saúde).

4.^a MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE,
MODERNO E INCLUSIVO

Combater a precariedade e reduzir o recurso à prestação de serviços: sempre que estão em causa necessidades públicas permanentes, as soluções precárias, que induzem à rotatividade, não são a solução, comprometendo a organização dos serviços e a constituição de equipas estáveis, essenciais para criar uma cultura de serviço público e dar respostas de qualidade.

Reforçar os mecanismos de provisão pública direta. Nas áreas onde esta é ainda insuficiente, como sucede no caso da habitação e da ação social, importa prosseguir o aumento da oferta, expandindo a rede e a capacidade de resposta.

Assegurar o interesse público quando se recorre à provisão pelo mercado ou no âmbito da colaboração com o setor social e cooperativo. Nos domínios em que a provisão pública direta é ainda deficitária, e no âmbito da cooperação com organizações do setor social, **é necessário valorizar o seu papel e fazendo-as participar das políticas públicas** (cobertura territorial, equidade no acesso, cumprimento dos padrões de contratação da provisão pública).

Regulação da provisão privada. Tendo em vista assegurar o acesso a bens sociais, quando estes são objeto de provisão pelo mercado (como sucede no caso da habitação), **importa adotar, quando necessário, o reforço de mecanismos de regulação.** De facto, e nomeadamente quando estão em causa dinâmicas especulativas, o papel regulador do Estado é essencial para assegurar o acesso de todos a direitos sociais constitucionalmente consagrados.

Superação de lacunas do Estado Social e resposta a questões emergentes de bem-estar. A revitalização do nosso Estado Providência passa igualmente pelo reforço da resposta em domínios onde a mesma é ainda insuficiente e tenderá a ser cada vez mais premente. **Neste âmbito, a questão das respostas ao envelhecimento da população, no âmbito da proteção social dos idosos, adquire particular relevo.**

Modernização. A consolidação e aprofundamento do nosso Estado Social passa igualmente pelo aumento da sua eficácia, ao nível da celeridade, adequação e agilidade das respostas.

4.^a MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE,
MODERNO E INCLUSIVO

Reforçar a cooperação entre a administração central, regional e local. A consolidação do nosso Estado Social e uma maior eficácia das suas respostas nos diferentes domínios, implica o reforço da cooperação entre os serviços da administração central, regional e local.

UM SNS UNIVERSAL, FORTE E RESILIENTE

Na saúde é preciso defender e consolidar o SNS. O SNS é um dos pilares do Portugal democrático e a grande construção dos socialistas no pós-25 de abril. A melhoria progressiva, e significativa, da qualidade de vida dos portugueses nos últimos 50 anos é indissociável da criação de um sistema público de saúde universal e tendencialmente gratuito. Na realidade, o que distingue o SNS dos demais prestadores de saúde é a sua orientação apenas pela melhoria do estado de saúde e o facto de ter na preservação e melhoria dos índices de saúde da população o seu único objetivo.

Ao longo dos últimos 8 anos, os governos do PS deram um novo impulso ao SNS, reforçando as suas valências e criando as bases orçamentais para a sua resiliência e sustentabilidade, seja através do Orçamento do Estado, seja através dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência. O orçamento do SNS aumentou em mais de 5,6 mil milhões nos últimos 8 anos e conta hoje com cerca de 150 mil profissionais, mais 25% do que em 2015.

Além disso, foi aprovada a Lei de Bases da Saúde, o Estatuto do SNS e, por seu efeito, a Direção Executiva do SNS. **Todas estas reformas devem ser concluídas, monitorizadas e avaliadas, devendo o futuro Governo do PS promover as alterações que sejam necessárias, em diálogo com os agentes do setor, incluindo associações de utentes.**

Apesar do grande investimento nos últimos anos, os portugueses despendem uma parte elevada do seu rendimento em saúde. Segundo o Eurostat, cerca de 29,7% do financiamento do sistema de saúde vem dos pagamentos individuais e não da receita de impostos. Esta despesa está essencialmente relacionada com o pagamento de serviços que não encontram a sua resposta plena no SNS.

4.^a MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE,
MODERNO E INCLUSIVO

A melhoria constante do SNS tem de passar, assim, por seis eixos fundamentais: i) valorizar os profissionais da saúde; ii) alargar valências e equacionar a criação de uma rede de atendimento permanente; iii) dotar progressivamente os centros de saúde e unidades de saúde familiar de mais meios de diagnóstico, por forma a aumentar e internalizar a sua capacidade de resposta; iv) investir na revitalização da capacidade tecnológica do SNS; v) promover a saúde, incluindo a saúde mental, através de hábitos mais saudáveis ou de mecanismos de prevenção da doença; e vi) clarificar a relação com os privados.

No que se refere à relação **entre o setor público e o setor privado**, assiste-se, nos últimos anos, a uma reconfiguração do sistema de saúde, marcada pelo aumento da oferta do setor privado. E quando a classe média deixa de recorrer ao SNS, este perde sustentação política e, em última instância, financeira. Há sinais de uma crescente concorrência entre setores e de uma dependência cada vez maior do SNS em relação ao privado. Por isso, os instrumentos de regulação das relações entre o setor público e o setor privado devem ser reforçados e a participação dos privados no sistema nacional de saúde deverá ter por base um quadro operacional com critérios claros.

UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

A educação é a base para uma vida decente. O sistema educativo, e a escola pública em particular, são a alavanca fundamental e determinante de qualquer sociedade democrática. Portugal conhece bem esta equação e tem-na provado já que, sendo uma das conquistas fundamentais da Democracia, como as últimas gerações o demonstram em muitas famílias portuguesas, **foi a escola pública que permitiu quebrar ciclos de pobreza e ultrapassar as condições desfavoráveis do seu contexto.** Foi no contexto dos sucessivos Governos socialistas que a aposta e investimento na Educação moldaram estruturalmente o perfil do nosso país, que tem hoje uma taxa de abandono escolar de 6%, abaixo das metas europeias.

4.^a MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

Mas a verdade é que as condições socioeconómicas das famílias são ainda um preditor fundamental do insucesso escolar dos alunos. Isto significa que, para muitos, a escola ainda não é capaz de ser fator de mobilidade social, associando-se a ideia de pobreza à de insucesso. Inverter esta realidade continua a ser premente, sendo que tal só é possível se se continuar a apostar **numa escola pública de qualidade**, capaz de responder aos desafios do presente e do futuro, mitigar as desigualdades de partida, formar cidadãos e ser lugar de realização e reconhecimento dos seus profissionais.

Com o ensino obrigatório até ao 12.º ano, primeiro, e a universalização do pré-escolar, mais recentemente, o sistema de ensino vem alargando as respostas que são oferecidas às necessidades diferenciadas que vai enfrentando. Essas respostas foram, aliás, fundamentais para a implementação das políticas educativas de promoção do sucesso escolar, educação inclusiva e promoção de cidadania executadas nos últimos anos e que granjearam o reconhecimento do país no contexto internacional.

Comum a todas essas políticas é **a centralidade no aluno e nas suas necessidades** como pedra angular de todo o sistema, garantindo-se que todas as alterações estão assentes em avaliações de impacto rigorosas e consequentes.

A diversificação das ofertas no ensino secundário é um dos principais ingredientes da redução do abandono escolar precoce, sendo importante **continuar o reforço do ensino profissional e no ensino artístico**.

O PS continuará a dedicar **especial atenção às escolas integradas, aos territórios mais desfavorecidos e à ação social escolar**, bem como à **expansão da oferta do pré-escolar** e ao reforço da **educação inclusiva** das crianças e jovens.

A qualidade do sistema educativo é garantida pelos seus profissionais. De acordo com dados da Direção Geral de Educação e Ciência, resultantes de um estudo realizado, é preciso contratar 34 mil novos professores até 2030.

4.ª MISSÃO UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

É preciso investir na carreira, sobretudo no seu início, e voltar a negociar com as associações representantes dos professores as regras relativas ao tempo de serviço; rever e simplificar as regras de colocação; continuar a investir em condições para incentivar os professores a concorrerem para zonas mais necessitadas e desburocratizar a função docente.

Entendemos haver utilidade em visitar o modelo de gestão das escolas, no sentido de aprofundar a democratização dos modelos, sem prejuízo do processo de descentralização.

CONTINUAR A INVESTIR EM ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Um Estado Social robusto e moderno tem de continuar a investir **no ensino superior, na ciência e na inovação**. Quando em 1995, num Governo do PS, foi criado pela primeira vez um Ministério da Ciência, a despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) representava aproximadamente 0,52% do PIB e a população com ensino superior era inferior a 6%. A despesa nacional em I&D é atualmente de cerca de 1,7% do PIB, dos quais 1% assegurado pelo setor privado e 0,7% pelo investimento público. Estamos, assim, ainda longe da meta dos 3%, numa estrutura de custos com 2% assegurados pelas empresas e 1% assegurados pelo setor público. **Ou seja, esta meta de 3% pressupõe que, nos próximos sete anos, seja feito um esforço de duplicação do investimento das empresas e um reforço substancial do investimento público em I&D.**

A atividade científica, a formação avançada de recursos humanos, a produção e transferência de conhecimento e os mecanismos de inovação económica têm, por isso, que ser compreendidos como partes da mesma cadeia de valor e, assim, pensadas como políticas públicas integradas. Desta integração resulta o **princípio orientador de fazer refletir nas opções políticas a relação virtuosa entre a política para o ensino superior, a política científica e a política económica e de inovação.**

4.ª MISSÃO UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

É pois absolutamente essencial investir no ensino superior e criar condições para que cada vez mais pessoas frequentem esse nível de ensino, designadamente: i) alargar a ação social; ii) reforçar a autonomia das Instituições de Ensino Superior, assegurando um modelo de financiamento de perspetiva plurianual; iii) visitar o modelo de participação nos custos por parte dos estudantes; iv) iniciar um debate em torno das carreiras docentes do ensino universitário e politécnico, bem como da carreira de investigação científica.

Nas **políticas de ciência** é preciso: melhorar a articulação e colaboração entre o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e o tecido empresarial; atualizar e reequipar a rede de infraestruturas de investigação; dar continuidade ao processo de convergência com a Europa em ciência, tecnologia e inovação; reforçar a estratégia de internacionalização científica; e aumentar de forma gradual o financiamento público para ciência, tecnologia e inovação e promover o investimento privado.

Mas a política de ciência não é só a que está ligada às empresas e à economia. A ciência do pensamento, a dimensão humana dessa ciência, não podem ser esquecidas. A sua valorização é essencial para a autonomia do Homem e é também essencial para a sociedade. Nas **políticas de inovação**, assumida como terceira dimensão desta cadeia de valor, deve-se: i) acelerar a implementação das agendas mobilizadoras; ii) criar Plataformas de Inovação Aberta, estimulando as pequenas e médias empresas a utilizar plataformas de intermediação tecnológica; iii) promover a articulação entre as empresas e a rede científica e desenvolver políticas de retenção e captação de talento, bem como apoiar a contratação de doutorados por entidades não académicas, nomeadamente empresas e entidades da Administração Pública.

UMA SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA COM EQUIDADE E SUSTENTABILIDADE. DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA

Na segurança social, é preciso reforçar o sistema público de pensões e a proteção social. A consolidação de um sistema público de pensões, a par da implementação de mecanismos de

4.^a MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE,
MODERNO E INCLUSIVO

proteção social nas situações de desemprego, doença e exclusão constituem pilares indeclináveis do nosso Estado Social, contribuindo de forma decisiva para a concretização dos mais elementares direitos de cidadania e para a redução das desigualdades e da pobreza no nosso país.

É ao PS que se deve a criação, na história da nossa democracia, das medidas mais relevantes e efetivas de combate à pobreza e exclusão, bem como os avanços, mais recentes, no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência. No combate à pobreza, **recorde-se a criação do Rendimento Mínimo Garantido (atual Rendimento Social de Inserção)**. Na mesma linha, foi um governo do PS que criou o **Complemento Solidário para Idosos e a Prestação Social para a Inclusão**.

Após quatro anos de governação da Troika, entre 2011 e 2015, que degradou fortemente os apoios aos cidadãos mais desprotegidos, cortando salários e pensões, reduzindo as prestações de desemprego e outros apoios sociais, o PS retomou o caminho de fortalecimento e expansão deste pilar fundamental do nosso Estado Social.

Assistiu-se assim, depois de 2015, não só à reposição de direitos e apoios, mas igualmente à criação e desenvolvimento de novas respostas. Procedeu-se ao **aumento do IAS**, congelado entre 2009 e 2016. **Alargou-se o Abono de Família**, com majoração para os agregados monoparentais e nas situações de deficiência. E procedeu-se, ainda, ao **descongelamento e aumento das pensões**, tendo paralelamente sido atualizados os montantes do RSI e CSI. Melhoraram-se **as condições de acesso ao subsídio de desemprego**, com o fim dos cortes nesta prestação, e **foi criada a prestação para situações de desemprego de longa duração**.

Os governos do PS adotaram medidas que permitiram virar a página da austeridade e recuperar o emprego, com cerca de mais de 600 mil novos postos de trabalho criados desde então. Para lá da valorização do trabalho, por natureza o mais importante fator de inclusão social, a criação de emprego permitiu igualmente melhorar, de forma muito significativa, a sustentabilidade financeira da Segurança Social, mitigando o efeito do fator demográfico e deitando por terra as teses de insustentabilidade do sistema e de necessidade incontornável da sua privatização.

4.ª MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

Um Portugal Inteiro não pode prescindir de políticas que reforcem as respostas existentes, respondam a novos desafios e preservem a matriz pública das políticas de inclusão e proteção social. Importa, por isso, **reafirmar o sistema público de Segurança Social**, assente em contribuições e no regime de repartição, assegurando assim a sua solidez e estabilidade financeira, o melhor antídoto para evitar as derivas de privatização ou plafonamento. Tal como é essencial **melhorar os benefícios e aprofundar a proteção dos trabalhadores precários**, criando soluções que respondam a carreiras contributivas interrompidas ou desfavorecidas por contratos frágeis. **Neste âmbito, é necessário avaliar a taxa de formação das pensões das pessoas que estiveram desempregadas ou que, em virtude da intermitência ou precariedade, veem a estimativa das suas pensões degradada.**

Em complemento à pensão em sistema de repartição, todos os trabalhadores devem poder beneficiar de um patamar de proteção que melhore os seus rendimentos através de um mecanismo de poupança apoiado pelo Estado, constituído por esforço conjunto dos trabalhadores e dos empregadores, privilegiadamente obtido na negociação coletiva e executado por um sistema público. A proteção complementar na reforma deve deixar de ser um privilégio de trabalhadores de salários elevados e com poder negociar individual. **O PS defende, assim, a criação de sistemas complementares de acesso alargado, a definir no âmbito da contratação coletiva**, acompanhando a generalidade dos países, que dispõem já destes sistemas.

A diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social tem de ser estudada e debatida, **atendendo não só à questão demográfica, mas também aos desafios colocados pela robotização e pela digitalização.** Não pode ser apenas o fator trabalho a contribuir para a Segurança Social. Devemos considerar os resultados do trabalho da comissão constituída para estudar o financiamento do sistema e equacionar um maior equilíbrio entre as contribuições do capital, trabalho e da tecnologia, num quadro de alargamento das fontes de financiamento da Segurança Social.

No âmbito das pensões, e nomeadamente das pensões mínimas, **importa rever os critérios de acesso ao Complemento Solidário para Idosos**, numa perspetiva de cidadania e emancipação, reconhecendo de modo pleno o direito individual de acesso.

4.^a MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

Ao nível das respostas sociais à Infância, **é crucial prosseguir a política de alargamento da rede de creches gratuitas.** Estas medidas consubstanciam, na sequência das melhorias introduzidas ao nível das licenças de parentalidade, opções políticas relevantes no apoio às famílias e à natalidade. O alargamento destas ofertas continuará, pois, a ser assumido e reforçado, como prioridade no quadro das políticas de família.

Nas respostas sociais aos idosos, **é preciso contribuir para um envelhecimento digno numa sociedade cuidadora,** que passe por diversificar e melhorar as medidas já existentes, aprofundando as dimensões da vida independente e em contexto. Neste âmbito, é necessário reforçar e desburocratizar os apoios à adaptação das habitações e dos edifícios, **rever e alargar as condições de elegibilidade do cuidador informal** e capacitar os cuidadores e os próprios cidadãos seniores, tirando partido de soluções tecnológicas existentes. Deve-se ainda criar uma “via verde” de acesso e ligação dos profissionais de saúde hospitalares aos profissionais de saúde das estruturas residenciais para pessoas idosas, evitando o internamento, e implementar novos modelos habitacionais dirigidos especificamente à terceira idade.

No combate à pobreza, tomando como ponto de partida a Estratégia Nacional recentemente aprovada pelo Governo, importa definir planos de intervenção que potenciem respostas transversais e em contexto, no quadro de uma maior articulação entre o Estado central, nas suas diferentes áreas governativas e serviços, e as autarquias locais. Trata-se, neste âmbito, de estabelecer programas sociais robustos, centrados, entre outras dimensões, no reforço dos apoios à educação e na assistência a famílias de baixos rendimentos, numa perspetiva emancipatória, por forma a reduzir as desigualdades e criar oportunidades iguais para todos, generalizando, sempre que possível, a atribuição automática de prestações sociais.

Os sem abrigo são um dos universos em que importa atuar. Portugal não pode continuar a figurar entre os países em que esta situação persiste. Importa aprovar programas robustos, em conjunto com as autarquias e com a sociedade civil, para se erradicar este universo de pobreza.

4.ª MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE,
MODERNO E INCLUSIVO

UMA HABITAÇÃO DIGNA E DE QUALIDADE PARA TODOS

A habitação digna, de qualidade e sustentável para todos é essencial para a vida de cada um, mas também para a qualidade da nossa vida coletiva. É a centralidade do projeto de vida de cada pessoa e de cada família. **É o nosso primeiro direito.**

Os últimos anos de recuperação económica, indissociável da recuperação de direitos, rendimentos e serviços públicos, permitiram atenuar as desigualdades no país. Porém, no que respeita ao direito à habitação, a realidade é distinta.

O facto de a recuperação da economia ter acontecido a par com o desenvolvimento do turismo e do imobiliário, fez com que a habitação tivesse de algum modo ficado para trás, encarecendo e tornando-se socialmente menos acessível, concretizando um mercado de vencedores e vencidos e gerando dinâmicas de gentrificação, que se traduzem na proibição material do direito à cidade e à escolha de aí se construir a vida.

Porém, não seria uma reflexão justa aquela que atribuísse a responsabilidade pela atual condição da habitação ao turismo e rejeitasse que estamos perante um domínio de atuação do Estado que se caracteriza por um défice estrutural de intervenção. Em cerca de 45 anos de democracia, tomou-se como natural a ausência de uma política pública de habitação robusta e plural, capaz de contrariar os excessos e as situações de crise provocadas pelo mercado. Aliás, a atual questão da habitação constitui, em grande medida, o resultado de a sua provisão ter sido entregue, quase totalmente, aos promotores privados.

Como resultado de décadas de secundarização das políticas de habitação, temos hoje um parque habitacional público insuficiente e inadequado, o que torna a habitação particularmente vulnerável a choques e propensa à eclosão de crises. Ao mesmo tempo, a nova oferta, já de si escassa, foi sobretudo orientada para os segmentos mais elevados.

No caminho que começámos em 2016, **o PS rompeu com décadas de política de habitação de cariz assistencialista e deu um novo impulso na afirmação do direito à habitação com cariz universal, dando-lhe a centralidade de efetivo pilar do Estado Social.**

4.ª MISSÃO UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

Com a aprovação de uma Lei de Bases da Habitação e com o desenho de uma Nova Geração de Políticas de Habitação, foi possível criar a arquitetura estruturante deste direito e afirmar que, além da habitação, importa também garantir uma habitação condigna, de serviços envolventes, atribuindo papel central aos municípios e ao envolvimento das comunidades na definição das políticas de habitação.

Assumida a centralidade das políticas da habitação para afirmação da vida em comunidade e para a consolidação do Estado Social na realidade nacional, as respostas aos desafios da habitação dos próximos anos devem incidir em três eixos.

Aumento da oferta pública de habitação. De forma a mitigar o desequilíbrio entre procura e oferta disponível, e assim responder às famílias que não encontram solução por via do mercado, foi lançado o maior plano de investimento público de habitação da história da democracia portuguesa, assente na soma das valências da atuação central e municipal de modo a responder às famílias em situação de grave carência habitacional. Como resultado, teremos hoje mais de 2.500 casas entregues, 18.000 encontram-se em fase de projeto ou construção e serão entregues mais de 30.000 casas até 2026.

Este esforço, sem precedentes, não se pode nem limitar nem no tempo nem no quadro de investimento do PRR. O investimento na requalificação, no alargamento e na diversificação do parque público de habitação deve ser um desígnio duradouro.

Importa continuar a trabalhar com os municípios em instrumentos que permitam, de forma justa e equilibrada, a promoção integrada de soluções a custos controlados no licenciamento de novos projetos.

Como forma de resposta à pressão da procura, mas também de desenvolvimento do país e de compatibilização com as demais áreas económicas, é necessário promover soluções sustentáveis e inovadoras nos projetos de nova construção e reabilitação do parque habitacional, bem como dinamizar o setor e as indústrias que o suportam, promovendo a utilização de recursos endógenos e a capacidade de desenvolvimento e exportação de conhecimento e bens, posicionando a habitação como motor do modelo de desenvolvimento e de reindustrialização que ambicionamos para um Portugal Inteiro. É necessário criar um quadro legal que permita a conversão e transformação de espaços comerciais e de serviços

4.ª MISSÃO UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

em habitação de custos controlados, alterando para o efeito o regime jurídico da propriedade horizontal automática.

O nosso país deve contribuir ativamente para estabelecer um compromisso europeu com o setor da habitação, garantindo que a política pública nesta matéria é entendida como serviço público, a par da compatibilização das diretivas europeias com a necessária prioridade na resposta à crise habitacional.

Habitação como resposta coletiva. Responder ao problema da habitação exige um esforço coletivo e transversal, sendo essencial o papel das empresas e do setor da construção. Importa, por isso, promover condições para que o setor privado construa habitação compatível com os rendimentos das famílias.

Queremos igualmente revitalizar modelos de cooperação. A Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível, prevista no Mais Habitação, deverá ser orientada para o arrendamento sem fins lucrativos, dirigida a todas as classes socioeconómicas, numa lógica de inclusão social.

As políticas de habitação implicam também uma atenção particular ao património construído. Importa, por isso, concretizar a reabilitação de todo o património público construído, de forma hierarquizada e tendo em conta o estado de conservação dos edifícios, reforçando a sua sustentabilidade e segurança e mitigando as situações de pobreza energética que ainda se verificam.

Tornar o mercado habitacional mais justo e equilibrado. Ao longo dos últimos anos, o PS atuou no setor da habitação com o intuito de reequilibrar a relação entre senhorios e arrendatários, promovendo assim um mercado mais justo e regulado e que procura estabelecer uma maior relação de confiança entre as partes. Com base na Lei de Bases da Habitação, bem como em medidas do Mais Habitação dirigidas ao arrendamento, é fundamental criar uma Lei do Arrendamento Familiar elaborada com os contributos dos diversos agentes envolvidos, e que possa equilibrar direitos e deveres de proprietários e inquilinos, bem como restaurar a confiança no mercado de arrendamento privado. Sendo um fator crítico para os jovens, a política de habitação deverá continuar a assegurar respostas que contribuam para a construção dos seus projetos de vida.

4.ª MISSÃO

UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

Por um lado, alargando a oferta de apoio ao alojamento estudantil, de modo a abranger estudantes deslocados com rendimentos intermédios. Por outro, ampliando o apoio ao arrendamento para jovens, mediante elevação do limite de rendas e de rendimentos e assegurando a sua automaticidade, como sucede com o atual subsídio de rendas.

O DIREITO À CULTURA COMO PARTE DO ESTADO SOCIAL

Desde a década de sessenta do século passado que o direito à cultura é entendido como o culminar do Estado social. No âmbito da política cultural, importa superar a ultrapassada dicotomia entre património e artes vivas, consolidando a reorganização estratégica em curso no setor dos museus e do património cultural. É fundamental inverter o crónico subfinanciamento das instituições culturais, a começar pelos museus nacionais, acompanhando o inédito investimento que se está a realizar via PRR na conservação e requalificação de tantos monumentos e equipamentos culturais, vencendo o gravoso desinvestimento a que a direita submeteu a cultura.

Em termos de política cultural, a aposta na internacionalização da cultura e dos artistas portugueses revela-se um desígnio inadiável, associando-se à promoção de um turismo qualificado ou aos esforços da diplomacia económica.

Num quadro de persistentes assimetrias regionais e de crescimento da imigração, os desígnios da integração e da inclusão social, da coesão territorial ou mesmo do diálogo intergeracional e do envelhecimento ativo são indissociáveis de uma política cultural consistente e consequente, que não pode descurar os territórios de baixa densidade e os meios rurais mais isolados, onde a oferta é escassa ou mesmo nula.

Porque não há obras de arte nem espetáculos sem criadores e sem profissionais do setor, impõe-se prosseguir um caminho de valorização e estabilização da sua condição laboral, atendendo ao fenómeno da intermitência, e visitar o recém-criado Estatuto dos Profissionais da Cultura, de modo a identificar eventuais insuficiências.

A política cultural de um Governo não pode ser só assumida por um ministério setorial. Deve assumir-se na transversalidade de políticas de cultura de todos os ministérios que se integrem com as regiões e as autarquias. E também deve ligar-se aos inúmeros promotores de natureza associativa e privada.

5.ª MISSÃO

UM TERRITÓRIO INTEIRO
E UMA TRANSIÇÃO JUSTA

UM PORTUGAL INTEIRO QUE VALORIZA TODOS OS TERRITÓRIOS E ASSUME UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CIDADE

Um **Portugal inteiro valoriza todos os territórios**. O interior tem ativos territoriais fortes. Um deles são as cidades e eixos urbanos, que devem ser âncoras de desenvolvimento e onde há mais capacidade para fixar população através de economias fortalecidas e de provisão pública justa.

Só seremos um país desenvolvido e próspero se soubermos que **cuidar do interior e dos territórios de baixa densidade** não é só respeitar o povo que nunca desistiu das suas terras, mas também pensar no **desenvolvimento de Portugal como um todo - como um país inteiro**.

E para isso é preciso investir nas cidades do interior como polos de atração e de desenvolvimento, criando eixos urbanos. O interior não é um espaço plano e uniforme, tem âncoras, que são as cidades, que melhor podem dar apoio à baixa densidade que a rodeia.

A par deste processo, devem adotar-se medidas de incentivo à atração e fixação de pessoas nos territórios de baixa densidade, investir em infraestruturas, cumprir a descentralização, desenvolver parcerias regionais, apoiar as atividades económicas locais e promover o turismo regional quer através de incentivos fiscais, quer através de investimentos diretos. A digitalização da economia e o recurso crescente ao trabalho remoto constituem uma oportunidade de atrair população para territórios que estão a perder população. É preciso **dotar todo o território nacional de transportes públicos eficientes e de estruturas e dinâmicas económicas locais**, redistributivas e ecológicas, diversificadas e resilientes, que incentivem os circuitos curtos, nomeadamente através da produção e consumo locais e de uma articulação mais robusta entre serviços/indústria, governos locais e conhecimento técnico-científico.

Portugal precisa de **expandir as suas zonas urbanas e metropolitanas em todo o território**, pois economias dinâmicas precisam de centros culturais e económicos capazes de reter jovens. Importa, pois, estabelecer uma efetiva **Política Pública de Cidade**, uma estratégia urbana clara a cargo de uma entidade robusta e competente que tenha como função cuidar das cidades e que seja responsável pela concretização das diretivas europeias nesta matéria.

5.^a MISSÃO

UM TERRITÓRIO INTEIRO E UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Neste âmbito, deve ser **reforçada a cooperação territorial intranacional** assente numa lógica de **Redes Urbanas**.

Um modelo territorial de desenvolvimento tem de assentar numa política conjugada de combate às disparidades regionais, que inclua os sistemas urbanos, as grandes infraestruturas de transportes e comunicações, a mobilidade integrada, a partilha de serviços públicos e a gestão do património público, numa lógica descentralizadora e com uma perspetiva estratégica.

O empoderamento das **Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional** é crucial para a correção dos défices de coordenação entre financiamento, gestão e implementação de políticas de desenvolvimento territorial. É necessário prosseguir, monitorizar e avaliar em tempo útil e com indicadores qualitativos e quantitativos o procedimento de integração dos serviços desconcentrados do Estado nas CCDR, o que permitirá retirar importantes lições para um processo participado de regionalização. Para tanto, devem assumir o papel de **Agências de Desenvolvimento Territorial com uma mais estreita e direta articulação com a orgânica governamental** e ser reforçadas com mais meios financeiros e humanos.

A **regionalização** alicerçada num amplo consenso político e social e a **descentralização**, como formas de criar e reforçar níveis intermédios – regionais, locais e paroquiais – de decisão legitimados democraticamente que prossigam os interesses das populações e dos territórios que representam, são processos a implementar e aprofundar, respetivamente. Neste contexto, o passo que se seguirá será o de avaliar o movimento de descentralização e afinar aspetos relevantes da sua operacionalização no que respeita ao financiamento adequado para as várias missões, clareza no relacionamento entre municípios e freguesias e garantia de reforço de meios para a sua concretização.

A **reorganização do Estado através da transferência de competências para níveis infraestaduais** permite aumentar a legitimidade democrática das decisões administrativas e a responsabilização dos seus autores, definir políticas públicas ajustadas aos diversos tipos de territórios de forma mais participada, tornar mais eficiente a gestão pública e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

5.ª MISSÃO

UM TERRITÓRIO INTEIRO E UMA TRANSIÇÃO JUSTA

A **promoção de um planeamento dinâmico e suficientemente flexível**, através da alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, poderá contribuir para a melhor satisfação das necessidades locais. Deve também desenvolver-se uma **efetiva articulação entre o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e os planos territoriais**.

A valorização dos territórios passa ainda pela **conclusão do Cadastro Nacional de Propriedade Rústica como base para uma da gestão da propriedade em Portugal**, dando sequência ao relatório do Grupo de Trabalho para a Propriedade Rústica constituído pelo XXIII Governo Constitucional.

A **coesão territorial através de um planeamento dinâmico e reformista** e cumpre-se quando o Estado garantir que qualquer cidadão, independentemente de onde tenha nascido ou onde escolheu viver, consegue ter uma resposta de qualidade em áreas como a saúde, a educação e os transportes.

UMA POLÍTICA JUSTA DE COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ASSENTE NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, NA MOBILIDADE VERDE E NO PLANEAMENTO SUSTENTÁVEL

A **emergência ambiental** impõe-se e o habitat em que vivemos está sob ameaça. Assistimos a eventos climáticos cuja severidade e frequência aumentam de ano para ano e esta tendência desafia o equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade, com evidentes impactos no bem-estar e qualidade de vida da espécie humana. A Lei de Bases do Clima reconheceu a situação de Emergência Climática em Portugal e visa desencadear um processo de mobilização da ação climática em todo o território nacional, estimulando a função do **Estado Promotor** de política pública que e **territorialização da Ação Climática à escala regional e supramunicipal**.

Por isso, assumimos o **Ambiente Por Inteiro: um pilar fundamental que temos de proteger com uma visão socialmente justa e intergeracional de combate às alterações climáticas**.

O ambiente não tem limites, por isso o aumento do nível médio do mar, os picos de precipitação, as vagas de calor, as secas, os incêndios ou as cheias afetam-nos a todos e não terminam nas fronteiras do país, da região, do município ou da freguesia.

5.ª MISSÃO

UM TERRITÓRIO INTEIRO E UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Precisamos mobilizar toda a nossa energia social para este desafio coletivo, **acelerando as reformas na transição energética e climática e antecipando em 5 anos a neutralidade carbónica para 2045.**

Mobilizar a população para estas transições implica mostrar que é possível aumentar rendimentos, aumentar o emprego e renovar um horizonte de esperança com qualidade de vida em Portugal. Significa que a população de baixos rendimentos não fica esquecida, apesar de ter menor capacidade para fazer face às necessidades de mudança. Significa que existirá uma atenção especial com pessoas desempregadas ou socialmente marginalizadas, com a população envelhecida e migrante.

Para um partido como o PS, conter emissões de carbono, transformando os nossos modelos de desenvolvimento económico e social significa necessariamente lutar pela igualdade de oportunidades. Reduzindo impostos sobre o fator trabalho e transferindo-os para as atividades económicas mais poluidoras, estamos a transformar o nosso modelo de desenvolvimento para uma economia circular que valoriza o conhecimento, a criatividade e a tecnologia. Temos de colocar toda a ciência e qualificações ao serviço do ambiente e do aumento de remuneração dos trabalhadores.

Temos de investir nas qualificações que aceleram a nossa transição ecológica e são alicerces fundamentais para uma economia de “Empregos Verdes e Azuis”. Assim, teremos mais condições para aumentar salários e corresponder aos desafios climáticos, simultaneamente melhorando a qualidade de vida em Portugal.

As migrações e a concentração de população nas cidades impõem desafios às áreas urbanas, mas também ao equilíbrio de ocupação dos restantes territórios, que exigem um planeamento que deve acautelar as necessidades de mobilidade e transportes, redução e tratamento de resíduos, gestão dos ciclos da água, promoção da biodiversidade, produção e consumo de energia ou necessidades de alimentação.

A alimentação, as cadeias logísticas e os transportes são os setores que mais contribuem para as emissões de CO₂; terão, por isso, uma resposta prioritária na redefinição de estratégias de aceleração das metas de neutralidade carbónica.

5.ª MISSÃO

UM TERRITÓRIO INTEIRO E UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Neste contexto, **devemos valorizar a agricultura e os agricultores**, sobretudo em modo biológico, com uso eficiente do solo e da água, de baixas emissões, de proximidade e pequena escala (não só familiar) para incentivar práticas que regenerem a natureza e promovam a **criação de circuitos curtos de distribuição alimentar**. Esta realidade pode **estimular mercados e a economia local e regional**, promovendo o comércio local, o que pode criar novos mecanismos de justa redistribuição de riqueza.

A **água** significa vida nos ecossistemas por isso é fundamental acautelar o seu uso eficiente. Desenvolver Planos de Eficiência Hídrica à escala regional e local é imperativo, assegurando o aproveitamento racional dos recursos hídricos e a redução das perdas nos sistemas em alta ou em baixa, imprescindíveis para os grandes investimentos do regadio.

As políticas públicas que promoveram a execução do **Plano Nacional Rodoviário**, ajudaram a aproximar muitos territórios e cidades portuguesas, contudo, fomentaram um modelo de mobilidade assente no automóvel, com externalidades negativas, sobretudo nas cidades e nas áreas metropolitanas. Privilegiar o transporte coletivo e a descarbonização, passa por investir com determinação na **concretização do Plano Ferroviário Nacional**, modernizando a rede de infraestruturas e serviços ferroviários, e na **descarbonização dos restantes transportes**.

A ferrovia é um pilar fundamental da mobilidade sustentável do país e sendo os serviços urbanos e regionais muito importantes para manter a coesão territorial do país, não podemos deixar de manifestar a ambição portuguesa - que também é europeia - de ter uma rede transeuropeia de transportes segura, confortável, rápida e fiável, onde o **comboio de alta velocidade pode ser a espinha dorsal do seu desenvolvimento**. Este é, sem dúvida, um **setor instrumental para a reindustrialização do país**. Um verdadeiro motor económico que gera necessidade de profissões qualificadas e especializadas. Por outro lado, **a articulação da ferrovia com as infraestruturas aeroportuária e portuária é peça fundamental para o planeamento integrado de transportes do país**.

5.ª MISSÃO

UM TERRITÓRIO INTEIRO E UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Nas áreas urbanas, os transportes públicos serão o maior aliado para combater a ineficiência dos congestionamentos e do consumo energético no país, por isso, para além de garantir preços acessíveis e tendencialmente gratuitos para jovens e +65, o investimento no aumento da oferta de serviços é prioritário. A par dos transportes coletivos, o **investimento na mobilidade ativa e suave**, nomeadamente na acessibilidade pedonal universal, em sistemas de bicicletas partilhadas e em redes de infraestruturas cicláveis, é central e concretizável no médio prazo.

Na energia, não abdicamos dos investimentos estruturantes que nos colocaram como um país internacionalmente reconhecido pelas renováveis. Temos um **Plano de Energia e Clima** para concretizar. Precisamos de colocar todo o nosso potencial de energias renováveis - em terra e no mar - ao serviço da nossa competitividade económica, mostrando que podemos assegurar custos de contexto substancialmente mais baixos por comparação com outras economias de produção mais intensa em carbono. Importa assegurar a nossa soberania e segurança energéticas com base em energias renováveis como, na eletricidade (hídrica, Eólica, Solar) e nos gases (Biometano, Hidrogénio).

Também o **combate à pobreza energética é uma preocupação** que acompanha o desenho destas políticas públicas de transição justa. Aqui, destacamos a importância do **apoio público às medidas de eficiência energética**, dirigidas, em primeiro lugar, às famílias, como forma de melhorar as suas condições de habitabilidade, bem como de contribuir para o aumento de rendimento disponível dos agregados. Sem esquecer esta prioridade, a eficiência também tem de chegar às empresas e serviços públicos.

A nossa determinação sairá redobrada nas áreas protegidas (terrestres e marinhas), porque um país que não cuida do seu território e dos seus valores naturais, vira as costas ao seu próprio futuro. Isto significa, por um lado, a materialização dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e dos Programas Especiais das Áreas Protegidas, e a criação do Cadastro Nacional dos Valores Naturais. Finalmente, cuidar do ambiente significa também assegurar o bem-estar animal.

6.ª MISSÃOUM PORTUGAL CENTRAL
NA EUROPA E NO MUNDO**UMA PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA, EXIGENTE E PROPOSITIVA
NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA**

O PS é o espaço comum de quem acredita na liberdade e na igualdade, na dignidade humana, na tolerância e na solidariedade. Estes valores ultrapassam as fronteiras do nosso país. São centrais para a construção de uma Europa de futuro, solidária entre os países, tolerante no respeito pelas diferenças e coesa na defesa dos seus povos. Como partido europeísta, acreditamos que a UE é essencial para garantir a salvaguarda destes princípios. Como tal, na construção do projeto europeu, Portugal deve ser um país ativo e exigente no debate das ideias e na reforma das instituições.

A construção europeia é uma história de sucesso. Em Portugal, o consenso em torno do saldo positivo dessa integração é especialmente expressivo, mostrando o acerto da opção visionária de Mário Soares e do PS com o pedido de adesão por ele assinado na qualidade de Primeiro-ministro, em 1977. O PS tem um compromisso profundo com a UE, fruto de um processo de integração que permitiu ao país o desenvolvimento das últimas três décadas. O PS é o mais europeísta dos partidos portugueses e deve continuar a sê-lo, pois é no contexto da UE que se inscreve a nossa história contemporânea e o nosso futuro.

A participação empenhada e convicta na UE não significa uma participação passiva e acrítica. Como Primeiro-Ministro, António Costa teve uma ação amplamente reconhecida para que nos últimos anos a resposta europeia fosse muito diferente da que tinha sido na crise de 2008 e muito mais atenta às pessoas e ao emprego. **A participação de Portugal na UE tem de continuar a ser uma participação solidária, exigente e propositiva.**

Em 2021, a Cimeira Social do Porto, organizada pela presidência portuguesa do Conselho da UE, puxou para o topo da agenda política o desígnio de uma Europa social. Portugal deve defender a continuação e reforço do investimento social na UE, na linha do salário mínimo europeu adequado, mas também o aprofundamento da cooperação na área da saúde pública.

É preciso assegurar a soberania energética da UE e proceder à sua **reindustrialização**, prevenindo a realocização de setores-chave para a sua autonomia estratégica.

6.ª MISSÃO

UM PORTUGAL CENTRAL NA EUROPA E NO MUNDO

Na frente da governação económica, **Portugal deve apoiar os esforços em curso no sentido de estabelecer regras mais adaptadas à realidade nacional de cada país.** Os países europeus têm de ter a capacidade orçamental necessária para o desenvolvimento das prioridades europeias no campo social, ecológico e digital.

A evolução vertiginosa da tecnologia digital exige uma atenção constante aos riscos que ela representa e à forma como se relaciona com os nossos valores fundamentais. Portugal deve apoiar a UE na conceção e na implementação de legislação ambiciosa que enquadre os serviços e os mercados digitais, os espaços de dados europeus e a inteligência artificial, de modo a garantir um ecossistema digital justo e plural.

Nos últimos anos, o crescimento eleitoral da extrema-direita gera inquietações sobre o futuro da Europa. Mais do que nunca, é preciso reafirmar os valores consagrados nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais, e também os objetivos do pleno emprego e do progresso social inscritos no Tratado de Lisboa.

Apesar das múltiplas ameaças que pairam sobre si, a verdade é que a UE mantém intacto o seu poder de atração: são oito os países com estatuto de candidatos à adesão, incluindo a Ucrânia. Por via do alargamento a Leste, no início deste século, a UE foi uma notável força democratizadora pela aplicação dos critérios de Copenhaga. É por isso fundamental que os mesmos critérios sejam escrupulosamente observados pelos novos e futuros candidatos.

Portugal pode, e deve, desempenhar um papel fundamental no alargamento da cooperação política, económica, social e cultural também na revitalização das relações entre a UE, a América Latina e a África, regiões com as quais temos relações históricas privilegiadas. A UE não pode abdicar de ser um agente de regulação da globalização. Uma das formas de o conseguir é através de acordos comerciais de última geração, que acomodem cláusulas de proteção laboral, social, ambiental e dos direitos humanos.

Por outro lado, enquanto organização que se funda em valores humanistas, a UE tem de assumir as responsabilidades que forem necessárias para pôr fim aos afogamentos no Mediterrâneo e às violações de direitos humanos nas nossas fronteiras. Precisamos de uma política de migrações que garanta a segurança e a integração dos que chegam à Europa.

6.ª MISSÃO

UM PORTUGAL CENTRAL
NA EUROPA E NO MUNDO

UMA POLÍTICA EXTERNA DINÂMICA EMPENHADA NA INTEGRAÇÃO EUROPEIA E NOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

No **Mundo**, a vocação da soberania portuguesa é relacionar-se com outras soberanias de forma dialogante e cooperante. A política externa portuguesa tem sido amplamente consensual entre os partidos e os órgãos de soberania e é nossa intenção que assim continue a ser. **Esse consenso tem permitido que Portugal seja visto como um interlocutor com a capacidade de fazer pontes para construir uma ordem internacional mais justa.**

Os pilares da nossa pertença europeia, a nossa visão atlântica, o papel da língua, a disporá, a internacionalização da economia e o multilateralismo, dimensões confirmadas pelos governos do PS, não carecem de qualquer discussão e são sufragados amplamente.

No momento atual, a invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia, bem como o escalar do conflito no Médio Oriente, são os dois factos que têm dominado a agenda política internacional, mas não nos devemos permitir a secundarização de outras situações de opressão e violência e de outras ameaças à paz na Europa e no mundo, desde a expulsão dos arménios do enclave do Nagorno-Karabakh ao terrorismo islâmico na província do Cabo, em Moçambique. Portugal deve empenhar-se em que estes e outros conflitos não fiquem relegados para a invisibilidade no plano geopolítico, humanitário ou militar.

Em 2022, a injustificável invasão da Ucrânia rompeu com os princípios fundamentais do Direito e da ordem internacional. Portugal deverá continuar a contribuir, no plano bilateral e no plano multilateral, para os esforços de paz e para a autodefesa da Ucrânia, bem como para sancionar a Rússia, procurando atingir a sua capacidade de financiamento da guerra.

O conflito israelo-palestiniano tem escalado de forma alarmante desde os hediondos ataques do Hamas que vitimaram milhares de civis israelitas, a 7 de outubro. Se importa reconhecer ao Estado de Israel o direito a defender-se, não importa menos garantir a proporcionalidade e a ética da resposta militar israelita, a observância do Direito Internacional humanitário e a salvaguarda das vidas da população civil, reconhecendo a enorme precariedade em que esta se encontra na Faixa de Gaza. Nesse sentido, urge um cessar-fogo imediato e duradouro, como tem sido defendido pelo Secretário-Geral da ONU, e cumpre-nos continuar a preconizar uma solução de “dois Estados” à luz das resoluções da ONU.

6.ª MISSÃO UM PORTUGAL CENTRAL NA EUROPA E NO MUNDO

Ao mesmo tempo, é um imperativo histórico e moral deter a vaga de antissemitismo que recrudescer na Europa e no mundo de forma alarmante.

Perante a gravidade destes e de outros conflitos, importa defender o sistema multilateral, designadamente a ONU, enquanto organismo que corporiza as relações internacionais baseadas em regras, continuando a afirmar Portugal a necessidade da reforma do seu Conselho de Segurança.

Neste e noutros universos, seguimos com convicção a orientação de política externa definida pelo Partido Socialista no pós-25 de Abril, em que Portugal assume na sua vontade de fazer pontes com Estados do Sul Global.

Na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, defendemos o aprofundamento da ligação entre os países e os povos da organização, na dimensão diplomática, linguística, cultural e económica. **A ligação à nossa diáspora é uma matéria especialmente relevante e que irá estar no cerne das preocupações e da atuação do PS.** As comunidades portuguesas no mundo representam uma extensão da nossa pátria, devendo merecer uma atenção renovada ao longo dos próximos anos.

Há que prosseguir o fortalecimento da rede consular com os meios humanos necessários para facilitar o acesso à administração portuguesa.

Defendemos o alargamento do Ensino do Português no Estrangeiro e o reforço da projeção internacional da nossa cultura.



SAIBA MAIS

FALE CONNOSCO:

